



**III CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## **ESTRUTURA E FORMAÇÃO: BASES DE UMA BOA EDUCAÇÃO**

Francisco Alves da Costa Neto (1)

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN; [franciscoalves258@gmail.com](mailto:franciscoalves258@gmail.com).*

**RESUMO:** A história da educação no Brasil surge desde do período colonial. Desde então cada período vem sendo modificada os processos educacionais. No Brasil Colonial, a educação acontece por intermédio dos jesuítas, que realizavam a catequização dos índios, realizando também a educação da elite, esse processo trouxe tantos resultados positivos quanto negativos para a história educacional brasileira. A educação brasileira ganha um novo viés com a chegada da família real em nosso território. Surgindo nessa época os cursos de ensino superior. A partir de então, a educação se torna um dos processos mais importantes para a formação do homem. Para que esse processo ocorra de forma contínua, concatenada e de boa qualidade é necessário que se tenha uma boa estrutura, formação para os educadores. Com isso, surge metas políticas afim de melhorar a estrutura educacional no Brasil. Destacamos em nosso trabalho as metas 15,16 e 17 idealizadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Realizamos entrevistas com professor e diretor da Escola Municipal Edilton Fernandes, localizada na cidade de Marcelino Vieira/RN, com o intuito de saber se na prática há uma formação adequada, se os educadores estão engajados nos projetos políticos da educação em sua cidade. Analisando se esses avanços na educação são realmente colocados em prática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação brasileira. Metas Educacionais. Plano Nacional de Educação. Professor.

### **INTRODUÇÃO**

A infraestrutura de uma escola é muito importante para os alunos, a escola passará ser o palco de estudos diariamente, será o local onde acontecerá as relações sociais. É interessante pensar no ambiente escolar com a perspectiva em que ele possa oferecer um aprendizado diferenciado e com qualidade.

Nem todas as escolas possuem uma infraestrutura adequada para receber os alunos, a infraestrutura é relevante para o processo de aprendizagem para os estudantes, ao chegarem na escola esperam um lugar em que possa haver confortos para desenvolver as atividades, o aprendizado e os seus estudos. Vale salientar a importância dos instrumentos para que o professor possa desenvolver as suas tarefas.

O presente trabalho é resultado de estudos realizados na disciplina Estrutura e Funcionamento da Educação Básica lecionada pela professora Lívia Sonalle. Por meio de discussões em sala e com aportes teóricos tais como SAVIANI (2009), OLIVEIRA (2004), Plano Nacional de Educação, como também entrevista realizada em uma Escola Municipal localizada em Marcelino Vieira que será nosso recorte espacial.



## **UM PASSEIO PELA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.**

O Brasil em sua época colonial passou por um processo europeu de modernização e teve um atraso em relação à implantação de uma estrutura de ensino bem organizada com base num sistema nacional. Ainda no período colonial o que havia em matéria educacional eram os Jesuítas que catequizavam os indígenas e cuidavam da educação da elite, fato esse que trouxe tanto benefícios quanto malefícios, como nos diz Oliveira (2004, p.946)

Sem a concorrência do protestantismo e com as injunções políticas e econômicas da condição colonial, a educação jesuítica reproduziu no Brasil o espírito da Idade Média, com o aprisionamento do homem ao dogma da tradição escolástica, a sua submissão à autoridade e à rígida ordenação social, avesso ao livre exame e à experimentação.

Como pontos positivos a essa educação jesuítica, Oliveira (2004), apoiado em Albuquerque (1993), nos dá alguns exemplos, entre eles a transmissão de uma educação homogênea, onde língua, religião, ideologia, visão de mundo, etc., eram comuns a todos que tinham acesso à educação.

Uma nova “fase” da educação no Brasil se dá a partir da chegada da família Real Portuguesa, em 1808, época em que surgem os primeiros cursos superiores. A estrutura de ensino dessa época se dava da seguinte maneira “o poder central encarregou-se do ensino superior em todo o país e os demais níveis ficaram a cargo das províncias” (OLIVEIRA,2004, p.948).

No Brasil República, acontece a descentralização do ensino que se dá através da primeira Constituição da República de 1891. Durante o século XX são várias as leis e “reformas” propostas visando à educação brasileira, no entanto são poucas as que obtêm êxito. Mas a partir do

[...] incremento da industrialização, a crescente urbanização e a introdução de um contingente cada vez maior de estratos médios e populares vão resultar na transformação da demanda social pela educação, que organizada em distintos movimentos políticos, recama a organização de um sistema nacional de ensino. (OLIVEIRA,2004, p.953).

A escolarização da população brasileira em suas diferentes esferas passa a ser mais discutida e atender não somente à elite, como também as classes que antes estavam à margem da sociedade.

## **FORMAÇÃO PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR**

A necessidade de se formar professores data, segundo Saviani (2009) do século XVII, mas institucionalmente aconteceu apenas dois séculos depois. Ainda segundo o mesmo autor “No Brasil



a questão do preparo de professores emerge de forma explícita após a independência, quando se cogita da organização da instrução popular” (SAVIANI,2009, p.143).

A formação de professores recebeu maior atenção “Com a reforma instituída pelo decreto n. 3.810, de 19 de março de 1932” quando “Anísio Teixeira se propôs a erradicar aquilo que ele considerava o ‘vício de constituição’ das Escolas Normais” (SAVIANI,2009, p.145), e transformou essas escolas na Escola de Professores que continha entre outras coisas práticas de ensino, realizada mediante observação, experimentação e participação.

Na atualidade, em quesito de formação profissional docente temos um importante plano que assegura a importância de tal, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), criado em 2007. Para a formação de professores traz dois projetos de extrema importância: a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). O primeiro diz respeito a acordos de cooperação entre estados, municípios e universidades públicas, “por meio deles, os entes federados mantêm polos de apoio presencial para acolher professores sem curso superior ou garantir formação continuada aos já graduados” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007,p.16); já no segundo caso bolsas remuneradas são oferecidas aos licenciandos de cursos presenciais para que “se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que se comprometam com o exercício do magistério na rede pública, uma vez graduados” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007,p.17).

O PDE certifica ainda que os professores são a única categoria profissional a terem piso salarial nacional constitucionalmente assegurado, e aí já podemos perceber um caminho para a valorização da categoria. São muitos os que acreditam que o regime de colaboração entre municípios, estados e o governo federal é primordial para a valorização do professor. Além disso, para que haja uma educação de qualidade faz-se necessário que o professor tenha condições dignas de trabalho para que o mesmo possa desenvolver de forma satisfatória sua função.

É evidente que, a discussão da valorização do professor se relaciona com outras, contempladas no Plano Nacional de Educação, principalmente, a do financiamento público. A meta 17 estabelece, por exemplo, que o salário médio deve se equiparar ao de profissionais de mesma formação.

Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência deste PNE.



## **FORMANDO EDUCADORES PARA FORMAREM O MUNDO: UM OLHAR ESPECIAL SOBRE AS METAS 15 E 16 DO PNE**

Ao se pensar em desenvolvimento da educação se faz necessário a elaboração de metas, com a consequente elaboração de estratégias que visem a sua efetivação. Traçadas num prazo de realização de 10 (dez) anos, o Plano Nacional da Educação (PNE) tem por objetivo analisar através de um conselho formado por docentes e especialistas da educação para que juntos possam vislumbrar pontos que merecem um certo destaque por meio das políticas públicas para a melhoria da educação, tornasse interessante que algumas metas não conseguem ser alcançadas no prazo estipulado de vigência do plano, sendo recolocadas ou reanalisadas durante a elaboração do novo plano. Tomando por base esse pressuposto, buscaremos analisar a possibilidade real de efetivação de tais metas no prazo estabelecido, e a relevância de tais metas para o avanço educacional, para tanto utilizaremos como recorte as metas 15 e 16 do PNE em vigência, levando em consideração assim a formação profissional docente.

A meta 15 traz em sua síntese a necessidade de se colocar profissionais com ensino superior para atuarem na regência em sala de aula, mas não apenas isso, levar os formados a atuarem em sua área de formação para que não ocorram distanciamentos entre a ciência de formação e a de atuação. Isso pode ser visto de forma clara no resumo geral da meta do PNE.

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Essa meta mostra a realidade dura existente na formação profissional para professores no Brasil, onde presenciamos por vezes professores sem formação em ensino superior em licenciatura atuando em salas de aulas, ou ainda pessoas com uma formação atuando em outras áreas, e são dos mais diversos desde pedagogos lecionando história no ensino médio, geógrafos lecionando matemática, filósofos atuando no ensino da química, dentre outros casos. Formar professores é um aspecto importante e dar a eles a oportunidade de atuar em sua área de formação é ainda mais relevante, devemos entender que por mais conhecimento que uma pessoa obtenha, ela não terá o mesmo rendimento se atuar em uma área distinta de sua formação. Para conseguir efetivar tal meta, o governo conta com uma ação conjunta entre União, estados e municípios, para que possam se



fiscalizar e assumir esse compromisso, se põe como estratégia também uma reformulação das licenciaturas, para que ela seja voltada para o ensino de fato, e concilie teoria e prática na ciência estudada. Entendemos, através da leitura dessa meta, que ela tem um objetivo audacioso e necessário a educação, que possivelmente não será totalmente alcançado ao final do PNE, mais que é um passo bastante significativo, devemos fazer uma reflexão de fato sobre o tema e analisar a sua importância para a educação.

Também visando a melhoria na formação do profissional docente, a meta 16 do PNE tem por objetivo salvaguardar a formação do profissional em exercício. Enquanto a meta 15 objetiva a reformulação das licenciaturas, e a inserção dos licenciandos em sua área de formação, a meta 16 traz a responsabilidade de formar quem já atua em sala de aula, tendo em vista que muitos não tem formação superior, ou atuam em uma área diferente de sua formação, ou ainda possuem uma formação antiga, portanto a meta 16 se torna um complemento necessário da meta 15, vejamos então o que está posto na meta 16.

Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Ao analisarmos essa meta, notamos a relevância de se melhorar a formação daquele que já está em sala de aula e lutar para inserção de uma cultura de formação continuada, fazendo com que o professor não se acomode em sua posição e busque mais conhecimento, só que para isso ser efetivado se deve fazer uma renovação estrutural, para que o professor tenha o tempo adequado para se dedicar a sua formação, devido a baixos salários, por exemplo, os professores se veem obrigado a pegar uma carga horária dupla, não restando-lhe tempo nem para o lazer quem dirá para uma nova formação, se há também uma falta de vontade de alguns profissionais e essa mentalidade deve ser modificada. Mais é de se salientar, medidas que tem auxiliado essa formação do docente atuante, como o PAFOR, que traz uma formação ágil e eficiente para aquele profissional que se encontra em sala e não tem a formação adequada na área. A meta 16 é muito ambiciosa, assim como a 15, pois trabalha com fatores já citados, mas se bem trabalhados pode ser efetivado, visto que a meta é de 50% e em 2014 quando o PNE foi lançado essa taxa era de 31%.

Entendemos que a formação é a coluna basilar de toda a educação. Sem formação não temos educadores, sem educadores não temos educação. A formação é algo complicado de se pensar e pôr em prática, pois historicamente a formação da atuação docente foi renegada e posta em segundo



plano no Brasil, hoje temos medidas que tem buscado reverter esse quadro, programas que vem dando certo como o PIBID, PAFOR, ProFormação, ProDocência, que vem de certa forma cumprindo com a sua obrigação, mas ainda a muitas barreiras a serem rompidas, como o mau interesse de governos em efetivar tais políticas. A batalha é difícil, mas acreditamos que com investimentos as melhorias serão alcançadas.

### **COMO A TEORIA SE APLICA NA PRÁTICA.**

Diante de tudo que foi visto a respeito de teorias relacionados a aspectos estruturais e funcionais da educação, se faz necessário uma pesquisa de sua aplicabilidade na prática, analisando como esses recursos chegam no lócus que lhe interessa, a escola, e qual a sua real funcionalidade, entendemos que uma pesquisa meramente teórica não é de grande valia, principalmente se levado em consideração a ciência geográfica que nos inserimos. Tendo como base essa premissa, resolvemos fazer um recorte espacial e um estudo de caso partindo do município de Marcelino Vieira, e mais especificamente da Escola Municipal Edilton Fernandes, para chegarmos a um produto qualitativo utilizamos visita de campo a escola trabalhada e entrevista com o diretor e um professor da instituição escolar.

A Escola Municipal Edilton Fernandes da cidade de Marcelino Vieira, é uma escola basicamente nova com pouco mais de 10 anos de existência, composta por um corpo docente também de formação recente, muito embora existam professores mais antigos na escola, vindos da antiga escola municipal da cidade, o número específico de profissionais docentes não foi especificado. Em termos estruturais, a escola apresentasse de forma regular, possuindo 7 (sete) salas de aula, uma sala de educação especial, uma biblioteca, e um laboratório de informática, além é claro da diretoria e secretaria, sala dos professores, cantina, e 3 (três) banheiros nenhum adaptado para deficientes.

Na entrevista com o diretor, foi possível entender de maneira clara as verbas existentes para a manutenção estrutural da escola, o mesmo falou de forma bastante coesa e segura. Ressaltou-se o avanço nas políticas de investimentos na educação nos últimos 10 (dez) anos, que possibilitou a criação da própria escola que já era um desejo antigo da população vieirense, como também de seu ampliamto, posterior a sua criação a escola passou por dois processos de ampliamto que resultaram na criação de novas salas de aulas. Em relação a compra e manutenção de equipamentos, foi exaltado a importância do Fundo Nacional de Educação (FNE), que possibilitou a aquisição de diversos equipamentos necessários para o funcionamento da escola, porém, o gestor escolar colocou



que por vezes o fundo por si só não cobre todos os gastos, restando a prefeitura Municipal um auxílio financeiro de complemento, não sendo esse um recurso periódico, mas conseguido através de solicitação feito da escola para a secretária de educação da cidade. A gestão colaborativa entre União, estados e Municípios, foi elogiado pelo diretor que entende esse pacto como uma ferramenta importante para a evolução da educação.

Diante a entrevista com o professor da escola, percebemos uma discrepância muito grande se comparado com a fala do diretor, não em relação aos fatos postos pelo gestor, mas no que diz respeito a segurança da fala. O professor entrevistado, mostra uma figura clássica presente na cidade, a dos contratados, fato só possível pois a cidade de Marcelino Vieira não tem concurso público há anos, o professor entrevistado se encontra num estado de 16 anos de contrato com a prefeitura, algo bastante antigo, mais antigo que a própria escola. Talvez por esse motivo citado, o docente se encontrava receoso com as respostas, não abarcando todas as nossas inquietações, e se resumindo a respostas vagas e curtas, o fato do mesmo não ser sindicalizado impossibilitou um aprofundamento a respeito das questões que envolvem a luta dos professores da cidade. Posterior a isso tivemos uma fala com o presidente do sindicato, que nos garantiu que Marcelino Vieira segue pagando o piso base nacional aos professores.

Com o que foi vivenciado, podemos perceber que a educação obteve avanços significante nos últimos tempos, fruto de uma política mais eficaz de repasse de verbas para a educação, mas num segundo ponto vemos que o apadrinhamento político e uma má gestão do Município em se realizar concurso e renovar o quadro de professores, dificultam uma melhora ainda mais eficiente. Mais de fato, a Escola Municipal Edilton Fernandes, segue na medida do possível bem estruturada se levarmos em consideração um contexto maior.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir de todo um aporte teórico e entrevistas realizadas percebemos que que a educação brasileira vem se transformando, com decretos que almejam uma melhor educação para os brasileiros, uma educação para todos e de melhor qualidade. No entanto, é necessário que se haja a prática dessas leis que são instituídas, para que possamos então, ter uma educação de cunho qualitativo e de grande abrangência.

Os estudos realizados fez com que nos conscientizamos com os direitos e deveres dos educadores. E, se tais políticas são seguidas de forma coerente. Percebemos que ainda existe uma discrepância em relação a atualização de um quadro docente. Com nossa pesquisa ficou claro, que



as metas idealizadas foram de suma importância para o avanço nas melhorias educacionais. No entanto, foi perceptível que há também a fragilidade de renovação dos professores, muitos estão inseridos por questões políticas, algo comum em cidades pequenas. Um dos problemas que detectamos é que na cidade de Marcelino Vieira não há a realização de concurso público há muito tempo. Não ocorrendo, com isso, uma atualização no quadro educacional da Cidade.

Para que possamos ter uma melhoria na educação no Brasil, é necessário que a teoria e prática caminhem juntos. Que todos os benefícios em relação aos professores sejam colocados em prática, que seus direitos sejam garantidos, para que então essa profissão seja valorizada com tal merece.

### **Referências:**

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**. Razões, Princípios e Programas. Brasília: MEC, 2007c.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14 n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009

OLIVEIRA, Marcos Marques de. As origens da educação no Brasil: da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. [Online]. 2004, vol. 12, n. 45, p.945-958. ISSN. 0104-4036;)